

**A africanização da guerra em Angola na segunda metade do século XVIII**

ARIANE CARVALHO DA CRUZ\*

Em diversas partes do Império Ultramarino português a organização das tropas militares pretendida pela Coroa não pôde se realizar, inclusive em Angola, mesmo em um momento em que os militares eram considerados parte importante do objetivo de implementar as políticas de territorialização<sup>1</sup>. Diversos fatores, como a falta de homens para ocupar os postos do exército, a dificuldade de ser um militar e realizar a guerra em um território estranho provocou a inserção de diversos elementos próprios da cultura local, seja na organização das tropas ou na ocupação dos postos. Além da distância, as especificidades da região impediam uma uniformidade de critérios e ação. Por isso, o sistema administrativo apresentava várias fórmulas, já que a legislação do Reino não foi fielmente seguida nas possessões ultramarinas, sendo adaptada à realidade local (COUTO, 1972: 25; Cf. HESPANHA, 2001).

Com efeito, houve uma africanização da guerra, já que a constituição dos exércitos e as táticas utilizadas no momento da guerra fugiam a um padrão uniforme e denunciavam a adoção de uma cultura militar local (SANTOS, 2005: 287). Outro fator que propiciava essa africanização na guerra e das tropas militares era o pequeno número de soldados pagos e o grande número de soldados recrutados localmente. Mesmo os soldados pagos eram mal remunerados e acabavam por se envolver em outras atividades (SANTOS, 2005: 288, 289).

Carlos Couto afirma que para os cargos da Justiça, Fazenda e para o comando dos presídios muitas vezes chegou-se a preferir os filhos dos portugueses nascidos em Angola, a quem o autor chama de portugueses brancos, pretos e mestiços. Ao reclamar dos vícios dos governantes dos presídios, Marques de Pombal forneceu uma dimensão de sua composição. Os “*negros tintos*” eram parte da tropa e alguns recebiam provimento. Muitos governavam os presídios, tarefa que, segundo Pombal era para os brancos (AHU, 05/08/1769: 45). Estes

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Bolsista Capes.

<sup>1</sup> De acordo com a autora Catarina Madeira Santos, na segunda metade do século XVIII houve a necessidade de construção de uma colônia do povoamento em Angola que deveria estar associada a um programa de territorialização. Desse modo “a política da segunda metade do século XVIII se revestiu de uma dimensão social bastante inovadora que se traduziu, por um lado, na regularização do povoamento, imprimindo-lhe os traços de uma sociedade portuguesa e, assim ‘polida’, por outro, pela promoção do povoamento branco.” (Cf. SANTOS, 2005: 136)

homens desempenhavam funções/postos de capitães-mores, oficiais do exército, ouvidores-gerais, juízes de fora, vereadores, dentre outros postos. Eram estes homens que no exército de Angola constituíam a maior parte das tropas. Os naturais de Angola muitas vezes eram acusados de proteger seus negócios, famílias e amigos não governando com isenção. (COUTO, 1972: 38, 39, 59, 60). Os filhos da terra eram priorizados no recrutamento realizado pelos governadores. (COUTO, 1972: 16) Além da melhor adaptação ao meio ambiente, os filhos da terra (PANTOJA, 2010: 370) eram preferidos para os cargos por conhecerem melhor os sertões e os usos e costumes da população. O matrimônio e os laços de compadrio também serviram de estratégia para garantir o acesso ao poder local e às rotas comerciais um lugar mais alto na hierarquia do poder local (PANTOJA, 2010).

O contingente de soldados localmente angariado era determinado pela articulação dos tratados de vassalagem (HEINTZE, 2007) com a participação dos chefes africanos nas guerras. Quem realizava o cálculo para o alistamento dos homens que deveriam pegar em armas eram os capitães-mores dos presídios, que levavam em conta o número de sobados<sup>2</sup> e as populações dependentes de cada presídio. O poder dos sobas<sup>3</sup> ou macotas<sup>4</sup> sobre seus subordinados, as relações de parentesco, dependência ou lealdades eram fatores cruciais na constituição numérica das tropas, até mesmo porque, pelos tratados de vassalagem, os sobas eram obrigados a fornecer homens de guerra. O recrutamento também ocorria junto aos moradores dos presídios, brancos, pardos ou pretos, cabendo aos recrutados levarem suas próprias armas (SANTOS, 2005: 290-308). Os sobas constantemente eram obrigados a ir à presença dos capitães-mores, rotina que se traduzia em pedidos de escravos, carregadores e gêneros indispensáveis à subsistência (COUTO, 1972: 244).

Para Carlos Couto a administração ultramarina trabalhou com uma política de assimilação, ou seja, não impunham concepções de vida que ferissem a sensibilidade daqueles povos. Mas não tardou para que as comunidades litorâneas fossem aderindo à portuguesa, provocando a transformação do homem, das instituições e do meio. Esta era uma típica

---

<sup>2</sup> Região sob a jurisdição de um soba (PARREIRA, 1990: 100).

<sup>3</sup> Autoridade principal que exerce jurisdição sobre pessoas e bens dentro de uma determinada área geográfica e política. (PARREIRA, 1990: 100). Título político dos Mbundu. Os portugueses utilizaram o termo para designar o chefe de uma tribo. É inferior na hierarquia ao Dembo e superior ao Quilamba. (TAVARES; SANTOS, 2002)

<sup>4</sup> Conselheiro ou ministro do soba, dembo ou jaga. (TAVARES; SANTOS, 2002: 412)

relação entre as autoridades africanas e portuguesas que mobilizavam todos os recursos, unindo-se na luta contra um suposto inimigo comum. Essa mútua dependência era declarada nos autos de vassalagem (COUTO, 1972: 243, 252). Nas cerimônias do auto de vassalagem, os chefes africanos juram fidelidade às autoridades portuguesas que lhe ofereciam proteção. Esta cerimônia está relacionada ao fundamento que é a evento de sucessão dos sobas na ocasião da morte do último senhor da terra. Realizavam-se eleições com a presença do capitão-mor que representava o governo da província, após esta eleição, era *undado*. Na capital jurava fidelidade à Coroa portuguesa e recebia sua patente que o afirmava perante seu povo, como autoridade legalmente instituída. De volta ao seu respectivo presídio, o capitão-mor lhe dava posse do governo do sobado (COUTO, 1972: 253; PARREIRA, 1990: 106; TAVARES, SANTOS, 1002: 410; HEINTZE, 2007). Evidentemente, nem sempre a cerimônia garantia a fidelidade política.

Na tentativa de disciplinar a força militar em Angola para que os projetos de territorialização fossem mais bem empreendidos, uma das necessidades era a de saber o quantitativo das tropas, o que foi feito por meio de Mapas e Relações, para que se pudesse conhecer o contingente que poderia servir nas tropas. Nesse sentido, em finais do século XVIII, houve um grande processo de inventariação dos recursos humanos (SANTOS, 2005: 75, 76). Por meio destes mapas e relações, é possível conhecermos o quantitativo dos militares em diversas partes em Angola. (CANDIDO, 2011; CURTO e GERVAIS, 2002).

No *Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção Reino de Angola e de suas diferentes Corporações Empregos, Estados, e Condições das Pessoas, e das que aumentarão ou diminuirão em o anno de 1799 e dado a 4 de Janeiro de 1800* (IHGB, 04/01/1800) é possível ter uma dimensão do quantitativo militar presente neste local.

Quadro 1

TROPAS PAGAS							
	Oficiais		Oficiais inferiores	Artificies	Tambores	Soldados	Total
	Efetivos	Agregados					
Regimento de Infantaria	32	0	82	2	23	464	<b>603</b>

Companhia de Artilharia	3	0	8	0	3	85	<b>99</b>
Esquadrão de Cavalaria	6	0	6	2	1	47	<b>62</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>96</b>	<b>4</b>	<b>27</b>	<b>596</b>	

Quadro 2

TROPAS AUXILIARES							
	Oficiais		Oficiais inferiores	Artificies	Tambores	Soldados	<b>Total</b>
	Efetivos	Agregados					
Regimento de Milícias	35	4	56	0	7	237	<b>339</b>
Corpo de Ordenança	19	4	10	0	0	0	<b>33</b>
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>8</b>	<b>66</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>237</b>	

Já no *Mappa das duas companhias de infantaria e artilharia (capitania de Benguela deque he chefe o governador)* de 1798 (IHGB, 1798: 105), o quadro militar pronto para o serviço dividia-se em uma companhia de infantaria e outra de artilharia. Na companhia de infantaria havia um ajudante de cirurgia, um sargento, um porta-bandeira, quatro cabos, dois tambores e cinquenta e um soldados, totalizando sessenta homens. Já a companhia de artilharia era composta de um primeiro tenente, um furriel, cinco cabos, dois tambores e vinte e oito soldados, totalizando trinta e sete homens.

Por meio desta documentação, percebemos que o número dos soldados pagos em Luanda era pequeno. Em 1790, em Luanda eram apenas 41 soldados efetivos e o grosso do contingente encontra-se entre os soldados, que em sua maior parte, eram recrutados localmente. Ademais, constituíam a maioria em todos os segmentos das tropas. A maior parte dos homens ocupa o Regimento de Infantaria, ou seja, estavam empenhados na guerra terrestre. Em Benguela não era diferente. Chama a atenção o fato de não haver capitão nem na Companhia de Infantaria, nem na de Artilharia. Muito provavelmente, a Companhia de Artilharia estivesse sob o comando do primeiro tenente. Nos dois casos, o grosso da tropa era constituído por soldados. Não sabemos se, no caso de Benguela, tratava-se de tropas pagas ou de auxiliares.

Pelos dados apresentados pelo memorialista Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, também podemos saber sobre a composição das tropas existentes em Luanda. De acordo com o autor, a guarnição de Luanda tinha um Regimento de Infantaria de linha, um Esquadrão de Cavalaria e duas Companhias de Artilharia, um Regimento de Milícias composto de brancos, pardos e pretos crioulos. Nos presídios, o governo era realizado pelos capitães-mores ou regentes, como no Presídio de Novo Redondo, constando Companhias regulares de Infantaria. Africanos faziam parte das tropas tanto nos presídios como nos distritos:

*há igualmente corpos volantes de Pretos nus, envoltos em uma simples tanga, armados de arco, e flexa, ou espingarda, circundando a cabeça com uma tira de qualquer pele, e na frente uma poluma de diversas penas, ou de alguma outra couza, e se denominão – Empacaceiros – com os quae a Fazenda não dispense um só real. (MENEZES, 1834: 9)*

Em relação à Benguela, Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes afirma que a guarnição do Presídio de São Felipe de Benguela era composta por uma Companhia de Infantaria, uma de artilharia e um corpo de milícia. Além disso, possuía ainda o Regimento dos Henriques, que era um batalhão formado em sua totalidade por negros. Estes homens não faziam parte das tropas regulares e, portanto não recebiam soldo (CANDIDO, 2011: 100; MATTOS, 2010).

Elias Alexandre da Silva Corrêa<sup>5</sup>, também apresenta dados sobre as tropas em Angola. Era composta de um Regimento de Infantaria, uma Companhia de Artilheiros e uma Companhia de Cavalaria, que jamais estavam completas. Apesar da entrada de recrutas, a situação de falta de homens nas tropas não se modifica, já que o clima era insalubre a reinóis, que morriam quando chegavam a Angola. Por isso, Elias Alexandre informou que a tropa era composta de “*um casco negro*”, que, segundo o militar, eram nacionais de Angola recrutados na Cidade. Eram os mais hábeis e inteligentes para o serviço militar, ao contrário dos homens que viviam nos sertões, rudes e incapazes para o ensino e o serviço. Percebemos, pelo militar,

---

<sup>5</sup> Elias Alexandre Corrêa da Silva Corrêa, natural do Rio de Janeiro, era um militar que serviu em Santa Catarina. Foi alferes de infantaria de linha em Lisboa e, posteriormente, em 1782, aceitou ir para Angola. Era um militar instruído que se encarregou de escrever dois volumes da *História de Angola*.<sup>5</sup> Por meio dessa obra podemos entender um pouco da realidade do serviço militar em Angola, apesar dos preconceitos e ambiguidades existentes em sua escrita.

uma distinção entre os nacionais que vivem na Cidade, mais polidos e aptos ao serviço militar, e os estabelecidos nos sertões, considerados rudes (CORRÊA, 1937: 79, 71).

Na *Coleção das providências leys e ordens que restauraram a Navegação, o Commercio, a Policia e a Disciplina Militar dos Reynos de Angola, Congo e Benguela, Loango e Prezidios[...]* fica em evidência a falta de homens para conservar as tropas militares, falta que é explicada pela mortandade de soldados. Marques de Pombal, baseado nos relatos do Governador Antônio de Vasconcelos, afirma:

*[...] que dos duzentos e cinquenta homens que foram na sua companhia, já então não existiam mais que cento e dois degradados, e quarenta Ilhéus, de sorte que o Regimento que consiste em seiscentos homens se achava somente com trezentos e trinta: Pedindo reclutas[sic] para o completar, e que depois se transportem cinquenta homens cada ano para se conservar aquele Regimento. (AHU, 05/08/1769: 56v)*

A miséria das tropas retratada pelos governadores de Angola se refletiu no seu contingente. De acordo com Elias Alexandre da Silva Corrêa, a tropa de artilharia, que até 1784 possuía duas companhias, foi reduzida a uma e o esquadrão da cavalaria se reduziu a uma companhia com diminuta lotação (CORRÊA, 1937: 72).

Elias Alexandre Corrêa afirma que em cada presídio criou-se uma companhia de tropa regular que perfilhava um capitão, sendo que o mesmo também ocupava o posto o capitão-mor do local. Mas o exército pago era frágil, já que o número de homens recrutados localmente era grande e o soldo recebido era baixo, quando recebiam soldo. O pagamento dos soldados era feito com fazendas, facilmente trocadas por escravos em Angola. Dessa forma, muitos desses homens desenvolveram outros tipos de atividade. Nos dizeres do cronista militar:

*Os Capitaes mores d`entre a officialidade militar desta Cidade, não gosavão em outro tempo soldo algum, tolerando-se-lhes as ganancias que podião adquirir pela sua industria, e commercio; mas refinando-se a ambição pelo abuzo desta congnomica tolerância, empregavão a sua authoridade em abono dos próprios interesses atropelando os alheios (CORRÊA, 1937: 25).*

A partir dessa variedade de números e dados sobre as tropas em Angola, podemos concluir que havia, na perspectiva dos administradores, uma deficiência militar e que as

necessidades de homens para ocupar os postos militares era suprida com forças locais. Foi assim que o governo português pode manter o território e sua administração, mesmo que não fossem pelos moldes propostos no Reino.

Fica explícito até aqui a participação dos africanos nas tropas militares. Mas vejamos como era de fato esta da Silva Corrêa participação nos contingentes militares. Uma definição de Elias Alexandre demonstra um pouco da realidade militar em Angola: “*Os detalhes destes Exercitos, compostos de miscelâneas corporações: de diversas armas: de celebres empregos: precedidos de galantes Exordios: dirigidos por diferentes costumes aos da Europa [...]*” (CORRÊA, 1937: 48)

No final do século XVII, formou-se uma força só com soldados negros, contingentes militares chamados de “guerra preta”. Roquinaldo Ferreira afirma que esse tipo de tropa caracterizava-se pela grande mobilidade devido ao conhecimento do território e à vestimenta leve que utilizavam (FERREIRA, 2003: 171, 173). A dependência dos africanos era tamanha que se temiam deserções e prováveis paralisações das operações militares. Segundo Catarina Madeira Santos, “[...] os tratados de vassalagem e a participação dos chefes africanos nas guerras permitiam ao exército colonial dispor de um vasto contingente de homens localmente angariados” (SANTOS, 2005: 289).

Segundo Carlos Couto a guerra preta é um fenômeno característico da presença portuguesa em Angola e os recrutamentos para esta tropa garantia a preservação dos poderes instituídos constituindo uma relação entre os capitães-mores e os chefes africanos. Nesse sentido, a Guerra Preta é definida como uma tropa de cor, de segunda linha, comandada por chefes indígenas, que coadjuvou as forças portuguesas nas lutas de ocupação.<sup>6</sup>

Necessariamente, para o recrutamento da guerra preta havia a participação de *sobas* avassalados, *Dembos*<sup>7</sup> e *macotas*<sup>8</sup>. São também integrados as forças portuguesas o *tendala*<sup>9</sup>,

---

<sup>6</sup> Sua origem remonta ao começo da conquista e era motivada pela falta de efetivos militares. Paulo Dias Novaes tratou desde logo avassalar os sobas que conquistava e estes “*que esperavam uma oportunidade para se eximirem à ditadura do Rei de Angola, muitos dos quais, por sinal, já se haviam acolhido à proteção dos jesuítas não tardaram a reconhecer a autoridade portuguesa.*” Desta adesão nasceu a guerra preta que segundo Carlos Couto era composta de jagas e de empacaceiros. Tornaram-se imprescindíveis para a pacificação e manutenção da ordem. (COUTO, 1972: 256- 259)

<sup>7</sup> Potentado, autoridade superior ao soba ou que possui sobas sob sua jurisdição. (TAVARES; SANTOS, 2002).

<sup>8</sup> Conselheiro ou ministro do soba, dembo ou jaga. (TAVARES; SANTOS, 2002: 412)

os *quilambas*<sup>10</sup> e *quimbares*<sup>11</sup>, agentes africanos da guerra (SANTOS, 2005: 291). Logo, em um mesmo exército há a presença de culturas diversas, ou melhor, as forças militares “portuguesas” são formadas por diferentes tipos de aliados. Do mesmo modo que há uma coexistência tecnológica pelo uso de armas próprias da cultura africana, como arcos e flechas junto com armas de origem europeias, como as armas de fogo. Aliás, a própria documentação portuguesa não deixou de reconhecer, ainda que este não tenha sido seu objetivo, as estruturas africanas de poder, como demonstra a carta patente passada, em 1753, ao capitão-mor do Distrito do Golungo:

*Dom Antonio Álvares da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta patente virem que por ser necessário prover-se o posto de Capitão mor do Distrito do Golungo que vagou por Simão Pereira bravo que o exercia acabar-se-lhe o tempo porque foi provido nele pelo meu antecessor o Exmo. Conde do Lavradio em pessoa de satisfação e merecimentos que bem o haja de exercitar em pertencer este provimento pela ordem de sua Majestade Fidelíssima do teor seguinte = [fl. 5] Governador Capitão General do Reino de Angola [...]hei por bem de o prover como por esta o faço no dito posto de capitão mor do distrito do Golungo, por tempo de três anos na forma da referida ordem de Sua Majestade Fidelíssima, e o mais enquanto lhe não for sucessor, [ilegível] entanto eu o haver por bem e o dito Senhor não mandar [folha 5v] o contrário com o qual gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções porque em razão de seu posto lhe tocarem, o qual por esta hei por metido de posse dele tomando primeiro o juramento na forma costumada de que se farão assento nas costas desta carta patente. Pelo que mando a todos os oficiais, moradores, sobas, quilambas, quimbares, e mais pessoas residentes no dito distrito do Golungo, conheçam ao dito Julião Francisco Gonçalves por capitão dele, e como tal honrem, estimem e o lhe obedeçam, cumpram e guardem suas ordens tão pontual e inteiramente como quem e são obrigados; [...] Dada nesta cidade de São Paulo de Assunção aos oito dias do mês de outubro. João de Deus dos Santos a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1753 Secretario de Estado João Jose de Lima a fez escrever = Dom Antônio Álvares da Cunha (AHA, 08/10/1753).*

Nota-se nesta carta que, para o provimento do cargo de capitão-mor do Distrito do Golungo, o governador, D. Antônio Álvares da Cunha, ordena que oficiais, moradores, sobas, quilambas, quimbares e mais pessoas residentes no distrito obedeçam ao capitão-mor.

<sup>9</sup> É como um porta voz do chefe; torna públicas as suas ordens, recebe e introduz os estrangeiros e tem a seu cargo a correspondência oficial quando sabe escrever. Também se chamava tendala o comandante das tropas auxiliares africanas, a guerra preta. (TAVARES; SANTOS, 2002).

<sup>10</sup> O termo é impreciso, mas pode-se dizer que é um oficial africano da guerra preta. (TAVARES; SANTOS, 2002).

<sup>11</sup> São africanos livres que eram obrigados pelo tratado de vassalagem ao seu soba a prestar serviço militar aos portugueses. (TAVARES; SANTOS, 2002)

Reconheceu, portanto, a participação e integração dos homens que ocupam estes postos na estrutura militar “portuguesa”, com a pretensão, evidentemente, de se submeterem ao capitão-mor, ou de tomar ciência de sua autoridade.

A descrição de Elias Alexandre Corrêa sobre a formação de um exército no momento da guerra destaca ainda mais a importância dos africanos. Após os capitães-mores dos presídios realizarem o alistamento daqueles que devem compor as tropas de acordo com o número dos sobados e suas respectivas populações, é possível saber o número de indivíduos que cada soba deve dispor.

Faziam parte dos exércitos os *jagas*<sup>12</sup> que segundo Elias Alexandre são governadores de gente belicosa, ambulante, de uma variedade de nações. Os Jagas dividem-se em duas Companhias que são comandadas por Macotas subordinados por um *Golambole*<sup>13</sup>. É interessante a aliança entre estes guerreiros e os colonizadores explicitada pelo autor:

*Jurão administrar a justiça: defender o seu povo: não dezampar os brancos: não lhes ser traidor; e morrer com elles, quando o sucesso da guerra seja infausto; apesar de serem desamparados pela mesma sua Tropa. Estes animozos guerreiros tem mais de uma vez dado exemplos de sua constância e da fidelidade ao seu sagrado juramento. (CORRÊA, 1937v. 2: 50)*

Os quilambas ou, no dizer de Elias Corrêa, os *cabos*, também eram tidos como fiéis companheiros dos brancos. Cada quilamba regia uma esquadra e obedecia ao capitão-mor. Já os quimbares eram senhores de porções de terra e viviam subordinados aos sobas. Apesar de a designação quimbares significar homens livres, eles podiam ser cativos, forros ou agregados de homens brancos<sup>14</sup>. Cada companhia contava ainda com seu macota, ou capitão (CORRÊA, 1937v. 2: 49, 50, 51). Apesar de serem tributários aos Sobas, viviam nos sobados com regência separada. Regiam sua esquadra mesmo que subordinados ao capitão-mor. Foram criados entre os brancos e são seus fiéis companheiros (CORRÊA, 1937v. 2: 50).

Já os quimbares vivem subordinados aos Sobas, mas eram homens livres, chefes de família e senhores de terras. Cada Companhia tem seu Macota (ou Capitão), e todo o Corpo,

<sup>12</sup>De acordo com Adriano Parreira são grupos constituídos por diversas etnias, sendo o eixo de alianças entre todas as principais autoridades da região, durante o século XVII. (PARREIRA, 1990: 53).

<sup>13</sup> Título do comandante de um exército Jaga. (PARREIRA, 1990: 49).

<sup>14</sup> O significado do que era forro, cativo, ou mesmo livre, podia variar e não equivaler aos mesmos sentidos da América portuguesa.

um Cabo, que o governa. Os negros vestidos dos Presídios compõem a Guerra Preta, cujo comando esta sob um Capitão-Mor<sup>15</sup>. O contingente do Exército aumenta pelo número de carregadores. A demora no exército muitas vezes se deve a sua falta (CORRÊA, 1937v. 2: 51).

Em marcha, a tropa exibia uma hierarquia a ser respeitada em sua organização. O regimento do jaga era responsável por fazer a vanguarda do exército, seguiam-no, em ordem de fileira, os quilambas com suas esquadras e o regimento dos soldados da guerra preta, com o seu capitão-mor. Logo atrás estava a artilharia; na retaguarda, os quilambas. A cavalaria marchava pelos lados ou onde o comandante ordenasse (CORRÊA, 1937v. 2: 51).

No momento da batalha estavam na vanguarda os jagas, quilambas seguido pela tropa da guerra preta em linha de batalha. Na retaguarda da tropa da guerra preta ficavam os soldados da artilharia e da infantaria. Logo atrás forma-se a reserva de quilambas, mulheres, crianças e pessoas doentes. Como já exposto os quilambas e os empacaceiros também protegiam os lados das tropas e eram auxiliados por uma cavalaria. Na vanguarda da infantaria e em seus lados da existem batedores, chamados de companhias ligeiras, que observam e descobrem ciladas. Existem ainda os ajudantes que distribuem munições (CORRÊA, 1937v. 2: 55, 56). Uma nova arte da guerra, que combinava braços europeus e africanos, foi empreendida em Angola a partir do momento em que de que armamentos e as táticas de organização local precisavam ser levadas a sério. Os europeus chegaram a conclusão de que as armas, táticas e organização locais precisavam ser levadas a sério. Dessa forma, desenvolveu-se uma nova arte da guerra que combinava braços europeus e africanos, que provocou uma síntese dos sistemas militares (THORTON, 1988).

De acordo com Elias Alexandre os maiores objetivos das guerras empreendidas em Angola eram o aumento da conquista ou o castigo de algum potentado rebelde (CORRÊA, 1937: 55-61). Diante das hierarquias existentes na hora da batalha, há ainda um modo original de luta. De acordo com o militar:

*A multidão corre, pára, dividi-se, investe, reune-se e retrocede conforme as idêas da manobra; e fins do seu deaignio. Este, quase sempre He comprehender o Corpo q.*

---

<sup>15</sup> Percebemos então por meio da descrição de Elias Alexandre da Silva Corrêa que talvez estes negros recebessem também o pagamento por meio de fazendas.

*atação no semicírculo, ou corda de huma meia Lua: Com tudo: dispersos por huma e outra parte, cada hum sem regra de uniformidade, salta já hum, já a outro Lado, volta em roda, abaixa-se, levanta hum braço, curva hua perna, fazendo mil vizagens, e no meio destes equilíbrios, dispara a sua arma: atira a sua seta; e descarrega os seus golpes sem dar tempo a q. por cauza de immobildade, seja o alvo de algum tiro (CORRÊA, 1937: 56, 57).*

Não encontramos nenhum indício de batalha com tropas europeias, diferente do que ocorrera em períodos anteriores. Durante o século XVII os governadores tiveram destaque nas campanhas militares que tinham como objetivo o controle territorial, a exemplo das batalhas entre portugueses e holandeses ao longo da costa angolana. Os governadores aproveitando-se dessas campanhas também lutaram contra chefias africanas e como resultado disso a guerra tornou-se onipresente em Angola (FERREIRA, 2003: 18). Em socorro aos portugueses na luta contra os holandeses em Angola o Conselho Ultramarino ordenou o envio de duas expedições, uma organizada no Rio de Janeiro e outra na Bahia. Estas expedições foram comandadas por Salvador Corrêa de Sá, e ao que parece sem o apoio de africanos, pois muitos estavam aliados aos holandeses. O Conselho Ultramarino em socorro aos portugueses em Angola ordenou o envio de duas expedições, sendo uma organizada no RJ e a outra na Bahia. Brasileiros seriam os grandes interessados em retomar esta conquista pelos grandes lucros que obtinham com o tráfico de cativos (BOXER, 1973: 207; ALENCASTRO, 2000: 222, 223).

Outro contingente militar se fez presente (ou ausente) nos campos de batalha africanos em Angola, foram os degredados. Já eram vistos como pretensos soldados quando estavam sendo levados para Angola e sua utilização, influenciou na capacidade militar, já que tendiam a desertar durante as campanhas e também não passavam por treino militar. Não raro, muitos dos desertores se tornaram pequenos traficantes (FERREIRA, 2003: 145). Para Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes a falta de disciplina militar se deve ao fato de a maior parte da oficialidade militar ser constituída por degredados incapazes de disciplinar as tropas (MENEZES, 1834).

Elias Alexandre da Silva Corrêa, alude à falta de profissionalização dos efetivos militares, tecendo feroz crítica – que acaba por confirmar – à mobilidade social que os degredados alcançam por meio do serviço militar. Nisso, aliás, não seriam diferentes dos demais europeus.

*Pensava que a heroicidade de Voluntario: este só o nome: faria hum mérito distinto entre a classe dos degredados: foi engano: os crimes destes estão punidos com a graduação q se dá por premio aos beneméritos; &c assim por distinção de Patente; &c accidente de fortuna, sobi a hombraear com a escórea da plebe desterrada, &c com offuscadas camaradas (CORRÊA, 1937: 15).*

Tudo isso era visto pelo autor da História de Angola como algo desestabilizador da presença militar portuguesa o que pode ter justificado algumas orientações da Coroa portuguesa de levar para Angola “gentes de melhores costumes” já que a população não poderia ser constituída somente de degredados (AHU, 05/08/1769: 56v). Sobre a incorporação dos africanos nas tropas, Elias Alexandre Corrêa se queixava de o brilhantismo de suas ações ser ofuscado entre a população local: [...] *as boas acções praticadas n`Africa Angolence, perdem o brilhantismo entre os negros competidores*” (CORRÊA, 1937: 15). Na verdade, sua denúncia revela a apropriação dos cargos militares pelos africanos, como demonstraremos adiante.

É importante destacar que há uma grande diferença nas formas de organizar o território entre os africanos e a monarquia portuguesa. As sociedades tradicionais africanas se relacionam com o território para assegurar a sobrevivência e a reprodução. Já os portugueses dividiam as terras em função da organização administrativa, fundiária e residencial. Nesse sentido devemos pensar que as políticas de territorialização de conservação ou alargamento do território tinham que considerar as formas tradicionais de organização territorial dos africanos (SANTOS, 2005: 301). As fortalezas eram utilizadas para apoiar os exércitos que estavam em movimento e, ao mesmo tempo, protegiam áreas vitais. Havia também espaços africanos que serviam de proteção a eles, a exemplo dos sítios chamados de *quipacas* (SANTOS, 2005: 296, 297). Fortalezas e *quipacas* marcariam, portanto, a territorialização em sua forma mais eficaz, já que para se pensar a guerra é preciso pensar no território, assim:

*A guerra colonial iria, portanto, organizar-se com o objetivo da conservação ou alargamento do território politicamente dominado pelo poder de Luanda, sem, para isso, deixar de ter em conta os processos de organização territorial das sociedades africanas [...]* (SANTOS, 2005: 301)

Consequentemente, elementos do direito e das estruturas políticas africanas precisavam ser incorporadas pelas instituições portuguesas, o que significa que a participação política de chefes africanos não era desprezada em eventuais pedidos de informações de homens candidatos a alguns cargos, ou seja, na hierarquia colonial havia a incorporação de cargos e funções da estrutura política africana. Além disso, alguns cargos, tipicamente da estrutura política africana, eram incorporados à administração portuguesa, como é o caso do *Tendala* e do *Dembo* (SANTOS, 2005: 406). Os homens que ocupavam estes cargos recebiam cartas patentes nos mesmos moldes do aparelho português:

*Dom Antônio Álvares da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta patente de confirmação virem que tendo respeito ao que por parte de Dom Sebastião Manoel Silvestre, natural das terras de Gombe Amuquiama, filho Dom Sebastião Manoel Silvestre e de Dona Lucrecia de Antonio, se me representou sobre estar provido por Dembo e Senhorio da [ilegível] terras de Gombe e Amuquiama por todos os macotas, sobas e quimbares do dito Senhorio por uns e outros deporem a Dom Francisco Manoel Silvestre que se achava no dito Estado por Conselho de meu antecessor o Exmo. Conde do Lavradio a quem fizeram certo a justas causas de seu mau procedimento que tiveram para com ele a fim procederem; e para haver de lograr do dito senhorio com quietação me pedia lhe fizesse mercê de confirmar nele. E tendo respeito ao referido e ao mais que se me representou e ser o dito Dom Sebastião Manoel Silvestre apto o suficiente para o exercitar e esperar dele o que em tudo o de que for encarregado do Real serviço se haverá com bom procedimento, correspondendo em tudo a fidelidade de bom vassalo, e mais conforme a confiança que faço de sua pessoa hey por bem de confirmar e prover ao dito Dom Sebastião Manoel Silvestre como por esta o faço em nome de Sua Majestade no dito cargo de Dembo e senhorio das terras de Gombe Amuquiama para que o seja enquanto eu o houver por bem e o dito senhor não mandar o contrário, e com ele gozará de todas as honras, privilégios, liberdade, isenções e franquezas os que em razão do dito cargo lhe tocarem assim e da maneira o lograram seus antecessores. Pelo que mando a todos os macotas, sobas, quimbares, e mais pessoas sujeitas ao dito Estado e senhorio das ditas terras conheçam ao dito Dom Sebastião Manoel Silvestre por Dembo e Senhorio delas e como tal honrem, estimem e respeitem, e o obedecam, com condição que o dito Dembo Dom Sebastião Manoel Silvestre estará sempre obrigado para todas as coisas que forem de serviço de Sua Majestade de que for encarregado por mim e meus sucessores. E por firmeza de tudo lhe mandei dar e passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas ao qual será registrada nos livros da Secretaria deste Reino e mais partes tocar. Dada nesta cidade de São Paulo de Assunção aos 30 dias do mês de julho. João de Deus dos Santos a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1754. Secretario de Estado João Jose de Lima a fez escrever = Dom Antonio Álvares da Cunha. (AHA, 30/07/1754)*

Nesta carta fica em evidência a incorporação de cargos africanos na estrutura militar portuguesa, tal como é possível afirmar que as ideias de ascensão e inserção no Império português por meio dos postos militares não eram exclusivas dos habitantes do Reino ou da América portuguesa. O *Dembo* e senhorio das terras já estava provido no cargo, não pelo governador ou pelo Rei, mas pelos macotas, sobas e quimbares do dito senhorio. Mesmo assim buscou a confirmação do governador, que lhe foi concedida. A escrita, com efeito, como forma de legitimar e exercer poder local, foi incorporada por africanos, ao legitimá-lo, o governo português em Angola o incorpora, vis-à-vis. Como se vê, a dimensão relacional criou identidades militares, que entre africanos e portugueses (dembo e governador), quer entre africanos (dembo, quimbares, etc). O posto de dembo se confirmou pela relação. Quem seriam, então, os capitães-mores, os alferes, dentre outros, cujos postos também resultavam de relações sociais, e não necessariamente de aptidões militares.

Mais ainda, Dom Sebastião Manoel Silvestre conseguiu a confirmação do cargo de Dembo e Senhorio das terras de Gombe Amuquiama, ainda que se sublinhe na carta que deveria ser fiel como um bom vassalo e condicionado a servir a Sua Majestade. Pelo provimento do governador, Dom Sebastião Silvestre poderia ter honras e privilégios próprios do cargo. Tendo sido o próprio Dembo que fez a representação ao governador para conseguir a confirmação do cargo, não poderia residir aí uma estratégia de ocupar cargos “portugueses” a fim de aumentar o seu poder local? Da mesma forma, o governador Dom Antonio Álvares da Cunha reconheceu a lealdade de seu vassalo e confirmou a patente. É possível afirmar que sociedades africanas participaram da monarquia portuguesa a partir de suas estruturas locais e suas formas de hierarquia, reconhecendo também as formas de classificação do Reino. Nada disso era, necessariamente, incompatível.

Nesse sentido, os militares foram parte desse objetivo, responsáveis em exercer na prática o domínio do território. No entanto, o contexto angolano deveria constituir parte deste projeto, pois a própria composição das tropas, com muitos africanos, exigia uma maior flexibilidade a essa proposta, ou melhor, uma readaptação dos moldes propostos, agregando a organização militar às práticas locais. As redes marcadas pela heterogeneidade e a negociação não foram deixadas de lado neste período.

## REFERÊNCIAS

### FONTES MANUSCRITAS

**Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).**

Códice 555, 05/08/1769.

### **Instituto Histórico Geográfico brasileiro (IHGB)**

DA2G4Nº8.1 - 04/01/1800

DL 32. 02, doc 20 - 1798

### **Projeto Acervo Digital Brasil Angola (PADAB-IHGB) / Acervo Histórico de Angola (AHA)**

PADAB BRRJ IHGB 126 DVD 8,13 (Acervo Histórico de Angola [AHA], 30/07/1754 -

Códice 301 – C – 20 – 2)

### FONTES IMPRESSAS

CORRÊA , Elias Alexandre Corrêa da Silva. *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937.

MENEZES, Joaquim Antonio de Carvalho e, 1791- *Memoria geografica, e politica das possessões portuguezas n'Affrica Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela, e suas dependencias.* / por Joaquim António de Carvalho e Menezes. - Lisboa : Typografia. Carvalhense, 1834. - 41 pp.

### ARTIGOS, TESES E LIVROS

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- BOXER, Charles. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686). São Paulo: Editora Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973
- CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteras de Esclavización: Esclavitud, Comercio e Identidad en Benguela, 1780-1850*. Mexico: Colegio de Mexico Press, 2011.
- CORRÊA, Elias Alexandre Corrêa da Silva. *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937.
- COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII. Subsídio para o Estudo da sua Actuação*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.
- CURTO, José C. e GERVAIS, Raymond R. *A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844*. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002.
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History. University of California: Los Angeles, 2003
- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MENEZES, Joaquim Antonio de Carvalho e, 1791- *Memoria geografica, e politica das possessões portuguezas n'Affrica Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela, e suas dependencias*. / por Joaquim António de Carvalho e Menezes. - Lisboa : Typografia. Carvalhense, 1834. - 41 pp.
- PANTOJA, Selma Alves. *Redes e tramas no mundo da escravidão Atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos, Vol. 14, N° 3, Setembro 2010.
- PANTOJA, Selma Alves. *Redes e tramas no mundo da escravidão Atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos, Vol. 14, N° 3, Setembro 2010.
- PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola séculos XV-XVII*. Lisboa: Editorial Estamba, 1990,

SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.